

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA Nº 1446/2020-PGJ, DE 4.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o art. 46 do Anexo I da Resolução nº 033/2018-PGJ, de 14 de dezembro de 2018,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa, atualmente exercendo o cargo de Secretária-Geral do Ministério Público, para, sem prejuízo de suas funções, supervisionar as atividades da Assessoria de Comunicação do Ministério Público, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1683/2019-PGJ, de 21.5.2019.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1609/2020-PGJ, DE 6.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1546/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1629/2020-PGJ, DE 7.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 5.5.2020, a Portaria nº 4/2020-PGJ, de 7.1.2020, que designou o Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira para coadjuvar a Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1630/2020-PGJ, DE 7.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Ponta Porã, Gabriel da Costa Rodrigues Alves, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 6 a 10.5.2020, em razão de férias da titular, Promotora de Justiça Gisleine Dal Bó.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1631/2020-PGJ, DE 7.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça da comarca de Camapuã, Lindomar Tiago Rodrigues, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste, no período de 4 a 15.5.2020, em razão de licença da titular, Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1632/2020-PGJ, DE 7.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 40ª Zona Eleitoral, no período de 4 a 29.5.2020, em razão de licença da titular, Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1633/2020-PGJ, DE 7.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Maracaju, Simone Almada Goes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, nos dias 28 e 29.5.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1636/2020-PGJ, DE 7.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Corumbá, Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a 7ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 5.5.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA Nº 1614/2020-PGJ, DE 6.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Estadual Clarissa Carlotto Torres e Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, na qualidade de presidente e vice-presidente, e os servidores Daniela Cristina Junqueira Nelli, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procurador, Bruna Camargo da Silva, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, Cristiane da Silva Sena, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, e Leonardo Bertaglia Agostinho, ocupante de cargo efetivo de Analista/Direito, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, comporem a Comissão de Abertura do Processo Seletivo de Estagiário na área de Direito e da área Administrativa, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; e revogar a Portaria nº 1556/2020-PGJ, de 4.5.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1622/2020-PGJ, DE 7.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 38/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnico I (Processo PGJ/10/1289/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1623/2020-PGJ, DE 7.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 36/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnico I (Processo PGJ/10/1269/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1624/2020-PGJ, DE 7.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 33/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnico I (Processo PGJ/10/1207/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1625/2020-PGJ, DE 7.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 40/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnico I (Processo PGJ/10/1297/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1626/2020-PGJ, DE 7.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 34/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnico I (Processo PGJ/10/1201/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1627/2020-PGJ, DE 7.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 39/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnico I (Processo PGJ/10/1298/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1628/2020-PGJ, DE 7.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 31/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnico I (Processo PGJ/10/1161/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0059/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, que oficia perante a 2ª

Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000209-4, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 13 de abril de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0063/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000397-1, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 13 de abril de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0064/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça João Meneghini Girelli, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Procedimento Preparatório n° 06.2020.00000334-9, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 13 de abril de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0065/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, que oficia perante a 2ª

Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Procedimento Preparatório n° 06.2020.00000423-7, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 13 de abril de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0066/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2020.00002693-1, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 14 de abril de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0067/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Fernanda Rottili Dias, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos do Protocolo n° 02.2020.00022210-7, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 14 de abril de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0068/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, que oficia perante a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Procedimento Preparatório n° 06.2020.00000470-4, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 5 de maio de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0069/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Gabriel da Costa Rodrigues Alves, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2020.00002750-8, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 16 de abril de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0070/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno, que oficia perante a 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2020.00002260-2, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 17 de abril de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0071/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça William Marra Silva Júnior, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2020.00003033-5, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 17 de abril de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0072/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Inocência-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2020.00001263-7, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 22 de abril de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0073/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2020.00003002-4, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 28 de abril de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0074/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2020.00001543-4, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 28 de abril de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0075/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Sonora-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Procedimento Preparatório n° 06.2020.00000435-9, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 28 de abril de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 24/2020/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

- 1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000312-6** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ouvidoria MP/MS - Requerido: Município de Dois Irmãos do Buriti - Assunto: Apurar denúncia de que a senhora Geusa de Carvalho, funcionária da APAE, estaria sendo paga pelo município de Dois Irmãos do Buriti.
- 2) Inquérito Civil nº 06.2017.00000552-8** - Promotoria de Justiça de Execução Penal da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar suposta falha na soltura de interno na cidade de Dois Irmãos do Buriti.
- 3) Inquérito Civil nº 06.2017.00000628-2 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista.
- 4) Inquérito Civil nº 06.2017.00002339-2** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Dois Irmãos do Buriti - Assunto: Apurar irregularidades na contratação do informativo "Buritinews" com o Sr. Carlos Alberto Costa Rosas para a divulgação institucional da Câmara Municipal de Dois Irmãos do Buriti, desde 2009 até a data de 2012.
- 5) Inquérito Civil nº 06.2018.00000316-7 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista. (IC nº 07/2016, migrado para o SAJMP).
- 6) Inquérito Civil nº 06.2018.00000457-7** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Karenn Ramsdorf Leonardo da Silva - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticada pelos Vereadores da Câmara Municipal de Deodápolis, decorrente de supostas irregularidades no cumprimento do dever de comparecimento às sessões, nas sessões legislativas de 2013 e 2014, conforme manifestação nº 11.2016.0000446-4, enviada pela Ouvidoria do Ministério Público do estado de Mato grosso do Sul. (IC nº 21/2015 - migrado do sistema CIC para o sistema SAJ/MP).
- 7) Inquérito Civil nº 06.2018.00000547-6** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade na Carta Convite nº 030/2010 - Processo Administrativo nº 075/2010 - contratação de máquinas e caminhões pelo município de Dois Irmãos do Buriti. (IC nº 14/2012, migrado para o SAJMP).
- 8) Inquérito Civil nº 06.2018.00001071-3** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Zelir Antônio Maggioni - Assunto: Apurar eventual ilegalidade na doação de terrenos urbanos situados no loteamento Sol Nascente. (IC nº 01/2013, migrado para o SAJMP).
- 9) Inquérito Civil nº 06.2018.00001214-4 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista. (IC nº 34/2016, migrado para o SAJ).
- 10) Inquérito Civil nº 06.2018.00002597-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brillhante - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Diretoria da Associação de Universitários de Rio Brillhante/MS - 2014 a 2016 - Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa, que importa em enriquecimento ilícito, causa prejuízo ao erário e atenta contra os princípios da Administração Pública, consistente no desvio de finalidade/má aplicação de dinheiro público repassado através de convênio, nos anos de 2013 a 2016, pelo Município de Rio Brillhante à Associação dos Universitários de Rio Brillhante/MS - AUNIRIO, bem como na omissão do dever de prestação de contas por parte do então Presidente da referida entidade. (IC nº 03/2017, migrado para o SAJMP).
- 11) Inquérito Civil nº 06.2018.00002663-8** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Sonora - Assunto: Apurar eventual irregularidade no Procedimento Licitatório nº 053/2017, Processo nº 067/2017, onde sagrou-se vencedora a empresa Consev Construção Serviços Ltda. **Advogado: Helder Luiz de Campos Soares, OAB/MS nº 5.661.**
- 12) Inquérito Civil nº 06.2018.00002796-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Elson Katsuhiko Takeuchi - Assunto: Apurar ocorrência de dano ambiental decorrente de corte de árvores, sem autorização ambiental no imóvel rural denominado fazenda Terra Roxa localizado no Distrito da Cabeceira do Apa, município de Ponta Porã/MS.
- 13) Inquérito Civil nº 06.2018.00003137-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã -

Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: GGF Veículos e Lava Rápido Eireli e Luiz do Amaral - Assunto: Apurar a observância pelo estabelecimento Lava Jato Fama à legislação ambiental, bem como investigar possível degradação de área de permanente próximo ao local de seu funcionamento. (IC nº 03/2015, migrado para o SAJMP).

14) Inquérito Civil nº 06.2018.00003580-4 - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na aquisição do Shopping 26 de Agosto, pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, uma vez que, em tese, teria pago o dobro do valor de mercado. (IC nº 08/2014, migrado para o SAJMP).

15) Inquérito Civil nº 06.2019.00000083-0 - 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul, Instituto ACQUA - Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental, Instituto Gerir - Hospital Regional Doutor José de Simone Neto - Assunto: Apurar a carência de profissionais de enfermagem, tanto de nível médio quanto superior no Hospital Regional de Ponta Porã conforme apontado em relatório de fiscalização pelo Conselho Regional de Enfermagem.

16) Inquérito Civil nº 06.2019.00000245-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Analisar suposta construção de um açude na fazenda Rio Formoso, que, além de aparentemente estar em área de proteção especial, será abastecido pelo Rio Formoso.

17) Inquérito Civil nº 06.2019.00000651-3 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Agropecuária Mendes e Alves Ltda. - Assunto: Apurar a derrubada de 50 árvores da espécie aroeira na Fazenda Nossa Senhora de Nazareth.

18) Inquérito Civil nº 06.2019.00000821-1 - Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dois Irmãos do Buriti /MS - Assunto: Apurar irregularidade a Unidade Básica de Saúde da Família de Dois Irmãos do Buriti quanto ao não atendimento de pacientes e indevidos encaminhamentos à UBSF.

19) Inquérito Civil nº 06.2019.00001020-6 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Luis Carlos Martins, proprietário da fazenda Serra Azul - Assunto: Apurar os fatos narrados no Parecer nº 479/17/Nugeo - Operação Cervo do Pantanal, relativos a possível desmatamento sem o devido licenciamento ambiental em propriedade rural situada no município de Pedro Gomes/MS. **Advogado: Ricardo A. de Souza Jesus, OAB/MS nº 10.071.**

20) Inquérito Civil nº 06.2019.00001221-5 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Orlando Moreira Jacques - Assunto: Apurar o armazenamento e utilização de agrotóxicos com data de validade vencida na fazenda Estância Santa Josephina, bem como apurar a situação jurídico-ambiental da propriedade com relação à conservação das áreas de reserva legal e preservação permanente, bem como o correto manejo do solo.

21) Inquérito Civil nº 06.2019.00001225-9 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Gibran Thives Araújo - Assunto: Apurar o armazenamento e utilização de agrotóxicos com data de validade vencida na fazenda Rancho Verde, de propriedade de Gibran Thives Araújo, bem como apurar a situação jurídico-ambiental da propriedade com relação à conservação das áreas de reserva legal e preservação permanente, bem como o correto manejo do solo.

22) Inquérito Civil nº 06.2019.00001370-3 - 11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados - Requerente: Milton Alves Barbosa - Requerido: Nova Fonte Conveniência e Tabacaria - Assunto: Apurar a regularidade ambiental e urbanística do estabelecimento Adriane Mireli Barboza Prado - MEI (Nova Fonte Conveniência), especialmente o cumprimento das normas de posturas municipais e condicionantes da Autorização Ambiental nº 14.777/2019.

23) Inquérito Civil nº 06.2019.00001561-2 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: José Nilton Silvestre de Souza - Assunto: Apurar conduta incompatível com os deveres do cargo de servidor público estadual verificando a existência de indícios de ato de improbidade administrativa.

24) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001606-6 (Sigiloso) - 67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande.

25) Inquérito Civil nº 06.2020.00000136-2 - 3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Ana Lúcia Alves Reis Ascoli e o Prefeito Municipal, Marcelo Araújo Ascoli - Assunto: Apurar a conduta do prefeito municipal de Sidrolândia (MS), Marcelo de Araujo Ascoli, que prorrogou o período de licença para trato de interesse particular (TIP) de sua esposa, a servidora Ana Lúcia Ascoli, em clara inobservância à legislação pertinente (LC nº 007/2002), e aos precedentes anteriores da sua gestão, fato que pode ensejar a prática de ato de improbidade administrativa.

26) Inquérito Civil nº 06.2020.00000393-8 - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande -

Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: CM Hospitalar S.A. - MAFRA HOSPITALAR - Assunto: Apurar eventual irregularidade quanto ao aumento abusivo de produtos e cancelamento de pedido de compra que já se encontrava finalizado. **Advogados: Luis Marcelo Benites Giummarresi, OAB/MS nº 5.119 e outros.**

27) Inquérito Civil nº 06.2020.00000474-8 - 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Carlos Benevindo da Silva - Assunto: Realizar investigações visando apurar os fatos narrador no Boletim de Ocorrência nº 1338.

28) Inquérito Civil nº 06.2020.00000476-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Wagner Lima de Souza - Assunto: Investigar as informações narradas no Boletim de Ocorrência nº 1336/2020, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

29) Inquérito Civil nº 06.2020.00000477-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Cleonice Martins da Silva - Assunto: Apurar os fatos narrados no Boletim de Ocorrência nº 1339/2020, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

30) Inquérito Civil nº 06.2020.00000478-1 - 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Tenório Muniz de Araújo - Assunto: Apurar os fatos narrados no Boletim de Ocorrência nº 1340/2020, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

31) Inquérito Civil nº 06.2020.00000479-2 - 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: José Gabriel dos Santos - Assunto: Apurar os fatos narrados no boletim de ocorrência nº 1348, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

32) Inquérito Civil nº 06.2020.00000480-4 - 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: José Aparecido dos Santos - Assunto: Apurar os fatos narrados no BO 1350/2020, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

33) Inquérito Civil nº 06.2020.00000482-6 - 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Jose Renato dos Santos Silva - Assunto: Apurar os fatos narrados no BO 1351/2020, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

34) Inquérito Civil nº 06.2020.00000491-5 - 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Édio Rodrigo Deocleciano de Camargo - Assunto: Apurar os fatos narrados no BO 1543/2020, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

35) Inquérito Civil nº 06.2019.00001422-4 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã.

36) Inquérito Civil nº 06.2019.00000068-5 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Habib Rezek Júnior - Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Porto Oculto, que mageia o rio Amambai, localizada neste Município, como também para adoção de medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes. (IC nº 09/2012, migrado para o SAJMP).

37) Inquérito Civil nº 06.2018.00002846-9 - 67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a falta de acessibilidade para as pessoas com deficiência e /ou mobilidade reduzida no Cartório do 4º Serviço Notarial e de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas. **Advogado: Evandro Mombrum de Carvalho, OAB/MS nº 4.448.**

38) Inquérito Civil nº 06.2018.00001222-2 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista. (IC nº 44/2015, migrado para o SAJMP).

39) Inquérito Civil nº 06.2018.00000901-7 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista. (IC nº 18/2015, migrado para o SAJMP).

40) Inquérito Civil nº 06.2018.00000747-4 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal de Coxim - Assunto: Apurar notícia veiculada no sítio www.edicaoms.com.br, no dia 15 de março de 2012, de gastos com diárias pagas a vereadores e funcionários da Câmara Municipal de Alcínópolis, com valor aproximado à folha mensal de pagamentos de funcionários no mês de fevereiro/2012 daquela Casa de Leis. (IC nº 04/2012, migrado para o SAJMP). **Advogado: Jordelino Garcia de Oliveira, OAB/MS nº 5.971.**

41) Inquérito Civil nº 06.2017.00001996-6 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiental da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bonito - Assunto: Apurar suposta irregularidade na aprovação do Plano Diretor de Bonito, o qual poderá causar danos ambientais para o município de Bonito.

Campo Grande, 7 de maio de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

AVISO Nº 25/2020/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência do **recurso** na seguinte **Notícia de Fato**:

1) Notícia de Fato nº 01.2020.00000831-1 (Sigiloso) - 42ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Campo Grande.

Campo Grande, 7 de maio de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN
Procurador de Justiça
Secretário do Conselho Superior do MP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000179 DE 04.05.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1446/2020**

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 2.680,00 (dois mil seiscentos e oitenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000179 de 04.05.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000180 DE 04.05.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1446/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 639,00 (seiscentos e trinta e nove reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000180 de 04.05.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000181 DE 04.05.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1446/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 655,00 (seiscentos e cinquenta e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000181 de 04.05.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000182 DE 05.05.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1458/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 5.360,00 (cinco mil trezentos e sessenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000182 de 05.05.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000183 DE 05.05.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1458/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 3.138,00 (três mil cento e trinta e oito reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000183 de 05.05.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000184 DE 05.05.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1458/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.310,00 (um mil trezentos e dez reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000184 de 05.05.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000185 DE 05.05.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1459/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 12.440,00 (doze mil quatrocentos e quarenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000185 de 05.05.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000186 DE 05.05.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1459/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 2.429,00 (dois mil quatrocentos e vinte e nove reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000186 de 05.05.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO TERMO DE CANCELAMENTO DE PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/PGJ/2019, DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/PGJ/2019.

Processo nº PGJ/10/3157/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MAKTUB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TAPETES, CAPACHOS E ARTEFATOS LTDA**, representada por **Orlando José Rosa**.

Amparo legal: Artigos 66 e 87, inciso II, da Lei 8.666/93 e no item 8.1.4, da Cláusula Oitava, da Ata de Registro de Preços nº 36/PGJ/2019; artigo 9º da Resolução 0014/2011-PGJ, de 12 de agosto de 2011; e artigo 20, inciso I, do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

Objeto: Cancelamento integral da Ata de Registro de Preços nº 36/PGJ/2019, em decorrência da não entrega do material solicitado pela Nota de Empenho nº 2019NE006639, de 13.12.2019, apesar de notificada e, ainda, ter sido aplicada a sanção de multa por inexecução total do objeto, no importe de 30% (trinta por cento) sobre o valor total empenhado, em conformidade com a Decisão proferida pela Excelentíssima Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, às fls. 40/44, do Processo nº PGJ/10/4890/2019.

Data da assinatura: 6 de maio de 2020.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 55/PGJ/2017

Processo PGJ/10/0553/2017

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ERNAINA RIBAS MATEUS**, representada por **Márcio Luiz Ribas Mateus**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 7/PGJ/2017.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de prazo contratual por mais 12 (doze) meses, para a prestação de serviços, de natureza continuada, de entregas urgentes de volumes frágeis e encomendas, disponibilizando funcionários, motocicletas, equipamentos e demais insumos necessários para a execução dos serviços, em caráter de exclusividade, na cidade de Campo Grande/MS, para atender às necessidades do Contratante.

Valor total anual: R\$ 487.074,72 (quatrocentos e oitenta e sete mil setenta e quatro reais e setenta e dois centavos).

Vigência: 08.05.2020 a 08.05.2021.

Data de assinatura: 6 de maio de 2020.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 56/PGJ/2017

Processo PGJ/10/0553/2017

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;2- **ERNAINA RIBAS MATEUS**, representada por **Márcio Luiz Ribas Mateus**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 7/PGJ/2017.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de prazo contratual por mais 12 (doze) meses, para a prestação de serviços, de natureza continuada, de entregas urgentes de volumes frágeis e encomendas, disponibilizando funcionários, motocicletas, equipamentos e demais insumos necessários para a execução dos serviços, em caráter de exclusividade, na cidade de Dourados/MS, para atender às necessidades do Contratante.

Valor total anual: R\$ 88.559,04 (oitenta e oito mil quinhentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos).

Vigência: 08.05.2020 a 08.05.2021.

Data de assinatura: 6 de maio de 2020.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/PGJ/2019-SRP - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.088 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019 (PÁGINA 31) E NO DOMP-MS Nº 2.141 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020 (PÁGINA 14) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo nº PGJ/10/2696/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;2- **COMERCIAL MARELLY EIRELI**, representada por **Maria Aparecida Santana Werneck**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 13/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de copa e cozinha (bule, chaleira, jarra e outros), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Bule de aço inox, com tampa em aço inox, cabo em baquelite ou material termoplástico, capacidade de 1 a 2 litros, com fundo plano, com diâmetro maior que 10 cm e menor que 20 cm, para utilização em fogão elétrico. Marca: ART.	Unidade	50	78,70
4	Chaleira de aço inox, com tampa em inox, alça em baquelite ou material termoplástico, capacidade de 3,5 a 5 litros, com fundo plano, diâmetro maior que 12 cm e menor que 26 cm, para utilização em fogão elétrico. Marca: KEHOME.	Unidade	50	65,00
7	Jarra para água, confeccionada em vidro resistente, mínimo de 3mm e com alça no próprio vidro, transparente, com tampa, capacidade de 1,5 a 2 litros, com selo da garantia, composição e informações do fabricante, estampados na peça. Marcas de referência: Marinex, Etna, Luna e Luminarc. Marca: CIV / Modelo: LUNA.	Unidade	500	15,41
8	Leiteira de aço inox, com cabo, sem tampa, capacidade de 2 a 3 litros, com fundo plano, diâmetro maior que 12 e menor que 26cm, para utilização em fogão elétrico. Marca: G. MIX.	Unidade	50	95,44
9	Leiteira em alumínio polido, com espessura de no mínimo 2mm, com alça em baquelite ou material termoplástico, com capacidade de 2 a 3 litros. Marca: MSR.	Unidade	100	22,40

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 5 de novembro de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/PGJ/2019-SRP - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.088 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019 (PÁGINAS 23 A 24) E NO DOMP-MS Nº 2.141 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020 (PÁGINA 13) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo nº PGJ/10/2696/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **LOPEZ & FILHOS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Bruno Talebi Paulo Lopez**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 13/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de copa e cozinha (bule, chaleira, jarra e outros), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	Chaleira de alumínio polido, com corpo e tampa em alumínio polido de no mínimo 2mm de espessura, com alça em baquelite ou material termoplástico, com capacidade de 2 a 3 litros. Marca: PICOLLI.	Unidade	100	46,88
3	Chaleira de alumínio polido, com corpo e tampa em alumínio polido de no mínimo 2mm de espessura, com alça em baquelite ou material termoplástico, com capacidade de 3,5 a 5 litros. Marca: PICOLLI.	Unidade	100	70,00
10	Leiteira em alumínio polido, com espessura de no mínimo 2mm, com alça em baquelite ou material termoplástico, capacidade de 3,5 a 5 litros. Marca: PICOLLI.	Unidade	100	25,20

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 5 de novembro de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/PGJ/2019-SRP - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.088 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019 (PÁGINA 24) E NO DOMP-MS Nº 2.141 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020 (PÁGINA 15) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo nº PGJ/10/2696/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **YOUSSEF AMIM YOUSSEF**, representada por **Youssef Amim Youssef**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 13/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de copa e cozinha (bule, chaleira, jarra e outros), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
5	Garrafa térmica, corpo em material plástico, tampa de pressão, ampola interna em vidro térmico, com capacidade de 1 litro. Marcas de referência: Invicta, Termolar ou Aladdin. Marca: INVICTA.	Unidade	1.000	27,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 5 de novembro de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/PGJ/2019-SRP - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.087 DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019 (PÁGINAS 12 A 13) E NO DOMP-MS Nº 2.141 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020 (PÁGINA 15) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo nº PGJ/10/2696/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **TY BORTHOLIN COMERCIAL LTDA**, representada por **Yuri Lavezzo Bortholin**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 13/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de copa e cozinha (bule, chaleira, jarra e outros), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
6	Guardanapo de papel branco, folha simples de alta qualidade, medindo 24 cm x 22 cm aproximadamente (admitindo-se 2 cm para mais ou para menos), sem furos, materiais estranhos ou sujidades, 100% de fibras naturais, embalado em pacotes plásticos com 50 (cinquenta) unidades, reembalados em caixa de papelão, conforme a praxe do fabricante, de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade. Marcas de referência: Santepel, Snob, Scott e Kitchen. Marca: SANTEPEL.	Pacote	10.000	1,22

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 5 de novembro de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/PGJ/2019-SRP - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.087 DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019 (PÁGINA 13) E NO DOMP-MS Nº 2.141 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020 (PÁGINA 16) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo nº PGJ/10/2696/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **MPRR COMÉRCIO, ASSESSORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA**, representada por **Tatiana Pereira Tedeschi**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 13/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de copa e cozinha (bule, chaleira, jarra e outros), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
11	Pano de prato, 100% algodão, medindo aproximadamente 46 x 68 cm (admitindo-se 3 cm para mais ou para menos). Marcas de referência: Flabom, Ximbica, Têxtil Abril, Novo Mundo. Marca: FLABOM.	Unidade	2.000	4,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 5 de novembro de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/PGJ/2019-SRP - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.087 DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019 (PÁGINAS 13 A 14) E NO DOMP-MS Nº 2.141 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020 (PÁGINA 16) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo nº PGJ/10/2696/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **COMERCIAL TXV COMÉRCIO E SERVIÇO - EIRELI**, representada por **Gabriel Teixeira Viana**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 13/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de copa e cozinha (bule, chaleira, jarra e outros), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
12	Peneira plástica reforçada, para chá, medindo aproximadamente 19 cm de diâmetro (admitindo-se 2 cm para mais ou para menos). Marca: SBRISSA.	Unidade	200	6,17
13	Pote de vidro com tampa plástica ou metálica, redondo, com no mínimo 3 mm de espessura, transparente, capacidade de 2 litros. Marca: INVICTA.	Unidade	500	8,88

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 5 de novembro de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/PGJ/2019-SRP - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.088 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019 (PÁGINAS 24 A 26) E NO DOMP-MS Nº 2.141 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020 (PÁGINAS 17 A 19) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo nº PGJ/10/2595/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **COMERCIAL S.B.S EIRELI**, representada por **Maria Aparecida Barbosa de Souza**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 15/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil (adesivo selante, aditivo líquido, cal hidratada, cimento, manta asfáltica, etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	Adesivo para chapisco à base de resina estireno-butadieno (SBR). Substância com aspecto líquido de coloração branca; pH entre 8,5 a 10,0; densidade a 25°C: $\approx 1,001$ g/cm ³ ; viscosidade Brookfield (F1/100 rpm, 25°C): ≥ 20 cPs. Galão de 3,6 kg; validade mínima de 12 meses. De acordo com os requisitos da norma ABNT NBR 13528/2010. Marcas de referência: Viapol, Weber ou Sika. Marca: Viapol.	Embalagem	25	41,20
3	Adesivo selante tixotrópico, monocomponente, alto módulo, antifungo, à base de borracha de silicone de cura neutra. Capacidade de movimentação entre 50% e 100%; densidade: $\approx 0,98$ g/ml; dureza Shore A: ≈ 40 ; alongamento de ruptura: $> 600\%$; tempo de formação de película: ≤ 20 minutos; temperatura de trabalho: -40°C até +150°C; temperatura ideal de aplicação entre +5°C e +45°C; resistência a tração: $\geq 1,5$ N/mm ² . Cartucho de 300 ml, inclusive bico aplicador; validade mínima de 6 meses. Marcas de referência: Sikasil SG-500 CN, Tek Bond ou Parasil. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
4	Adesivo selante tixotrópico, monocomponente, baixo módulo, antifungo, à base de borracha de silicone, de cura acética a partir do contato com a umidade do ar. Resistente aos raios UV, capacidade de movimentação de $\pm 25\%$; densidade a 25°C entre 0,93 e 1,05 (g/mL); dureza Shore A: ≈ 25 ; alongamento de ruptura: $\geq 800\%$; tempo de formação de película: ≤ 15 minutos; temperatura de trabalho: -50°C até +150°C; temperatura ideal de aplicação entre +5°C e +35°C. Cartucho de 300 ml, inclusive bico aplicador; validade mínima de 9 meses. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
5	Adesivo selante tixotrópico, monocomponente, médio módulo, antifungo, à base de borracha de silicone, de cura acética a partir do contato com a umidade do ar. Resistente a variações climáticas como chuvas e raios UV, capacidade de movimentação de $\pm 50\%$; densidade a 25°C entre 1,02 e 1,04 (g/ml); dureza Shore A: ≈ 22 ; alongamento de ruptura: $\geq 300\%$; tempo de formação de película: ≤ 20 minutos; temperatura de trabalho: -50°C até +150°C; temperatura ideal de aplicação entre +5°C e +45°C. Cartucho de 300 ml, inclusive bico aplicador; validade mínima de 10 meses. Marcas de referência Tytan, Tek Bond, Cascola. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
6	Adesivo vedante e selante à base de polímeros sintéticos. Consistência ultra viscosa; incolor; alta adesão aos substratos; possibilidade de pintura; resistente à água; sem odor e não inflamável. Densidade a 25°C: 1,04 g/mL a 1,05 g/mL; tempo de formação de película entre 2 e 15 minutos; tempo de cura total: 24 horas; tempo de cura para pintura: 72 horas; temperatura ideal de aplicação: +5°C a +45°C; temperatura de trabalho: -25°C a +80°C; alongamento à ruptura: $> 700\%$. Cartucho com 300 ml, inclusive bico aplicador. Validade mínima de 9 meses. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
7	Aditivo líquido acelerador de pega tipo AP. Substância com aspecto líquido; densidade: $\approx 1,35$ kg/l; valor do pH: $\approx 6,0 \pm 1,0$; embalagem: galão de 3,6 L; validade mínima de 9 meses. Conforme as condições exigidas pela norma ABNT NBR 11768/2011. Marca: Viapol.	Galão	25	50,00
11	Cal hidratada - CH II, composta por hidróxidos de cálcio e magnésio. Aparência sólida em forma de pó inodoro. Embalagem: saco de 20 kg; validade mínima de 5 meses. Em conformidade com as exigências físicas e químicas da norma ABNT NBR 7175. Marca: Não registrada.	Saco	50	Não registrado
12	Cal hidratada comum - CH-III, composta por hidróxidos de cálcio e magnésio. Aparência sólida em forma de pó inodoro. Embalagem: saco de 20 kg; validade mínima de 5 meses. Em conformidade com as exigências físicas e químicas da norma ABNT NBR 7175. Marca: Não registrada.	Saco	50	Não registrado
13	Cal hidratada especial com alto grau de pureza - CH-I, composta de hidróxidos de cálcio e magnésio. Aparência sólida em forma de pó inodoro. Embalagem: saco de 20 kg; validade mínima de 5 meses. Em conformidade com as exigências físicas e químicas da norma ABNT NBR 7175. Marca: Não registrada.	Saco	50	Não registrado
14	Cimento Portland composto com adição de escória granulada de alto-forno (CP II-E). Resistência à compressão aos 28 dias de 32 MPa. Embalagem: saco de 50 kg; validade mínima de 60 dias. De acordo com exigências da ABNT NBR 11578/1991 e ABNT NBR 5735. Marca: Não registrada.	Saco	500	Não registrado
15	Gesso em pó de secagem rápida para revestimento e pequenos reparos em áreas internas. Coloração branca; espalhamento: ≈ 10 cm; tempo de pega para revestimento: ≈ 30 min; resistência à flexão: ≥ 35 kg/cm ² . Embalagem com conteúdo de 1 kg; validade mínima de 3 meses. Em conformidade com as determinações da norma ABNT NBR 12127. Marca: Não registrada.	Unidade	50	Não registrado

16	Graute cimentício industrializado pronto para uso (após adição de água), composto por cimento Portland, agregados minerais, aditivos especiais e fluidificantes. Densidade da mistura sem brita: $\approx 2,24$ kg/l; temperatura ambiente para aplicação: entre $+10^{\circ}\text{C}$ e $+35^{\circ}\text{C}$; tempo para aplicação após a mistura (25°C): 30 minutos; resistência à compressão em 1 dia: ≥ 20 MPa; resistência à compressão aos 28 dias: ≥ 50 MPa. Embalagem: saco de 25 kg; validade mínima de 6 meses. Em conformidade com os requisitos da norma ABNT NBR 13279. Marca: Não registrada.	Saco	50	Não registrado
17	Manta asfáltica com acabamento em alumínio para impermeabilização, tipo II - Classe C, pré-fabricada à base de cimento asfáltico de petróleo. Coloração preta com revestimento de filme de alumínio; espessura de 3 mm; resistência à tração mínima de 180 N; alongamento mínimo de 2 %; absorção de água máxima de 1,5%; resistência mínima ao impacto: $\geq 2,45$ J; temperatura de aplicação: entre $+5^{\circ}\text{C}$ e $+40^{\circ}\text{C}$. Embalagem: rolo com 1 m de largura e 10 m de comprimento; validade mínima de 3 anos. Em conformidade com as especificações e requisitos da norma ABNT NBR 9952/2007. Marca: Viapol.	Rolo	25	374,90
18	Manta asfáltica com acabamento em polietileno e reforçada com não-tecido de poliéster, tipo IV. Espessura de 4 mm; resistência à tração mínima de 550 N; alongamento mínimo de 35%; absorção de água máxima de 1,5%; resistência mínima ao impacto: $\geq 4,90$ J; estanqueidade: ≈ 20 m.c.a; escurimento mínimo ao calor: 95%. Embalagem em rolo com 1 m de largura e 10 m de comprimento; validade mínima de 3 anos. Em conformidade com as especificações e requisitos da norma ABNT NBR 9952/2007. Marcas de referência: Viapol, Sika ou Weber. Marca: Viapol.	Rolo	25	414,99
19	Manta líquida impermeabilizante de aplicação a frio composta de resinas acrílicas. Densidade: $\approx 1,45$ kg/l; espessura: $\approx 0,8$ mm para $1,0$ kg/m ² a $1,2$ kg/m ² ; secagem ao toque: ≈ 2 horas; temperatura de aplicação entre $+10^{\circ}\text{C}$ até $+40^{\circ}\text{C}$; rendimento: ≈ 15 m ² a cada 15kg de impermeabilizante. Embalagem: balde de 18kg; validade mínima de 12 meses. Em conformidade com a norma ABNT NBR 13321/2008. Marca: Não registrada.	Unidade	25	Não registrado
20	Massa asfáltica usinada a quente para aplicação a frio, com composição mineral, ensacada e pronta para uso em reparo de asfaltos danificados. Tempo de secagem: ≈ 120 h; rendimento aproximado: ≈ 75 kg/m ² para uma espessura de 3 cm. saco de 15kg; validade mínima de 10 meses. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
21	Rejunte cimentício flexível tipo I (AR I) para rejuntamento de peças cerâmicas em ambientes externos e internos. Embalagem de saco plástico de 1kg; validade mínima de 9 meses. Em conformidade com as exigências de resistência, retração e absorção de água estipuladas pela norma ABNT NBR 14992/2003. Marca: Não registrada.	Pacote	50	Não registrado
22	Rejunte cimentício flexível tipo II (AR II) para rejuntamento de peças cerâmicas em ambientes externos e internos. Embalagem de saco plástico de 1kg; validade mínima de 9 meses. Em conformidade com as exigências de resistência, retração e absorção de água estipuladas pela norma ABNT NBR 14992/2003. Marca: Não registrada.	Pacote	50	Não registrado

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 6 de novembro de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/PGJ/2019-SRP - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.088 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019 (PÁGINAS 26 A 28) E NO DOMP-MS Nº 2.141 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020 (PÁGINAS 19 A 21) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo nº PGJ/10/2595/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **HABITAR – COMÉRCIO EM GERAL E SERVIÇOS EIRELI**, representada por **Luciano Rufino da Silva**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 15/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil (adesivo selante, aditivo líquido, cal hidratada, cimento, manta asfáltica, etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
3	Adesivo selante tixotrópico, monocomponente, alto módulo, antifungo, à base de borracha de silicone de cura neutra. Capacidade de movimentação entre 50% e 100%; densidade: $\approx 0,98$ g/ml; dureza Shore A: ≈ 40 ; alongamento de ruptura: $> 600\%$; tempo de formação de película: ≤ 20 minutos; temperatura de trabalho: -40°C até $+150^{\circ}\text{C}$; temperatura ideal de aplicação entre $+5^{\circ}\text{C}$ e $+45^{\circ}\text{C}$; resistência a tração: $\geq 1,5$ N/mm ² . Cartucho de 300 ml, inclusive bico aplicador; validade mínima de 6 meses. Marcas de referência: Sikasil SG-500 CN, Tek Bond ou Parasil. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
4	Adesivo selante tixotrópico, monocomponente, baixo módulo, antifungo, à base de borracha de silicone, de cura acética a partir do contato com a umidade do ar. Resistente aos raios UV, capacidade de movimentação de $\pm 25\%$; densidade a 25°C entre 0,93 e 1,05 (g/mL); dureza Shore A: ≈ 25 ; alongamento de ruptura: $\geq 800\%$; tempo de formação de película: ≤ 15 minutos; temperatura de trabalho: -50°C até $+150^{\circ}\text{C}$; temperatura ideal de aplicação entre $+5^{\circ}\text{C}$ e $+35^{\circ}\text{C}$. Cartucho de 300 ml, inclusive bico aplicador; validade mínima de 9 meses. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
5	Adesivo selante tixotrópico, monocomponente, médio módulo, antifungo, à base de borracha de silicone, de cura acética a partir do contato com a umidade do ar. Resistente a variações climáticas como chuvas e raios UV, capacidade de movimentação de $\pm 50\%$; densidade a 25°C entre 1,02 e 1,04 (g/ml); dureza Shore A: ≈ 22 ; alongamento de ruptura: $\geq 300\%$; tempo de formação de película: ≤ 20 minutos; temperatura de trabalho: -50°C até $+150^{\circ}\text{C}$; temperatura ideal de aplicação entre $+5^{\circ}\text{C}$ e $+45^{\circ}\text{C}$. Cartucho de 300 ml, inclusive bico aplicador; validade mínima de 10 meses. Marcas de referência Tytan, Tek Bond, Cascola. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
6	Adesivo vedante e selante à base de polímeros sintéticos. Consistência ultra viscosa; incolor; alta adesão aos substratos; possibilidade de pintura; resistente à água; sem odor e não inflamável. Densidade a 25°C : 1,04 g/mL a 1,05 g/mL; tempo de formação de película entre 2 e 15 minutos; tempo de cura total: 24 horas; tempo de cura para pintura: 72 horas; temperatura ideal de aplicação: $+5^{\circ}\text{C}$ a $+45^{\circ}\text{C}$; temperatura de trabalho: -25°C a $+80^{\circ}\text{C}$; alongamento à ruptura: $> 700\%$. Cartucho com 300 ml, inclusive bico aplicador. Validade mínima de 9 meses. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
8	Argamassa colante industrializada em estado seco tipo II (AC-II), cinza, para assentamento de placas cerâmicas, semigrês e ardósia. Uso em ambientes internos e externos e fachadas. Resistência mínima de aderência à tração aos 28 dias de 0,5 MPa. Embalagem: saco de 20 kg; validade mínima de 200 dias. Em conformidade com as exigências da ABNT NBR 14081/2004. Marca: Argasul.	Saco	100	20,25
9	Argamassa colante industrializada em estado seco tipo III (AC-III), cinza, para assentamento de peças cerâmicas, ardósias, porcelanatos, mármore e granitos. Uso em ambientes internos e externos, inclusive	Saco	100	27,25

	em locais com temperaturas e umidades elevadas. Resistência mínima de aderência à tração aos 28 dias de 1,0 MPa. Embalagem: saco de 20 kg; validade mínima de 200 dias. Em conformidade com as exigências da NBR 14081/2004. Marca: Argasul.			
10	Argamassa colante industrializada em estado seco, tipo I (AC-I), cinza, para assentamento de placas cerâmicas em pisos e paredes de ambientes internos. Resistência mínima de aderência à tração aos 28 dias de 0,5 MPa. Embalagem: saco de 20 kg; validade mínima de 200 dias. Em conformidade com exigências da ABNT NBR 14081/2004. Marca: Argasul.	Saco	100	8,30
11	Cal hidratada - CH II, composta por hidróxidos de cálcio e magnésio. Aparência sólida em forma de pó inodoro. Embalagem: saco de 20 kg; validade mínima de 5 meses. Em conformidade com as exigências físicas e químicas da norma ABNT NBR 7175. Marca: Não registrada.	Saco	50	Não registrado
12	Cal hidratada comum - CH-III, composta por hidróxidos de cálcio e magnésio. Aparência sólida em forma de pó inodoro. Embalagem: saco de 20 kg; validade mínima de 5 meses. Em conformidade com as exigências físicas e químicas da norma ABNT NBR 7175. Marca: Não registrada.	Saco	50	Não registrado
13	Cal hidratada especial com alto grau de pureza - CH-I, composta de hidróxidos de cálcio e magnésio. Aparência sólida em forma de pó inodoro. Embalagem: saco de 20 kg; validade mínima de 5 meses. Em conformidade com as exigências físicas e químicas da norma ABNT NBR 7175. Marca: Não registrada.	Saco	50	Não registrado
14	Cimento Portland composto com adição de escória granulada de alto-forno (CP II-E). Resistência à compressão aos 28 dias de 32 MPa. Embalagem: saco de 50 kg; validade mínima de 60 dias. De acordo com exigências da ABNT NBR 11578/1991 e ABNT NBR 5735. Marca: Não registrada.	Saco	500	Não registrado
15	Gesso em pó de secagem rápida para revestimento e pequenos reparos em áreas internas. Coloração branca; espalhamento: ≈ 10 cm; tempo de pega para revestimento: ≈ 30 min; resistência à flexão: ≥ 35 kg/cm ² . Embalagem com conteúdo de 1 kg; validade mínima de 3 meses. Em conformidade com as determinações da norma ABNT NBR 12127. Marca: Não registrada.	Unidade	50	Não registrado
16	Graute cimentício industrializado pronto para uso (após adição de água), composto por cimento Portland, agregados minerais, aditivos especiais e fluidificantes. Densidade da mistura sem brita: $\approx 2,24$ kg/l; temperatura ambiente para aplicação: entre +10°C e +35°C; tempo para aplicação após a mistura (25°C): 30 minutos; resistência à compressão em 1 dia: ≥ 20 MPa; resistência à compressão aos 28 dias: ≥ 50 MPa. Embalagem: saco de 25 kg; validade mínima de 6 meses. Em conformidade com os requisitos da norma ABNT NBR 13279. Marca: Não registrada.	Saco	50	Não registrado
19	Manta líquida impermeabilizante de aplicação a frio composta de resinas acrílicas. Densidade: $\approx 1,45$ kg/l; espessura: $\approx 0,8$ mm para 1,0 kg/m ² a 1,2 kg/m ² ; secagem ao toque: ≈ 2 horas; temperatura de aplicação entre +10°C até +40°C; rendimento: ≈ 15 m ² a cada 15kg de impermeabilizante. Embalagem: balde de 18kg; validade mínima de 12 meses. Em conformidade com a norma ABNT NBR 13321/2008. Marca: Não registrada.	Unidade	25	Não registrado
20	Massa asfáltica usinada a quente para aplicação a frio, com composição mineral, ensacada e pronta para uso em reparo de asfaltos danificados. Tempo de secagem: ≈ 120 h; rendimento aproximado: ≈ 75 kg/m ² para uma espessura de 3 cm. saco de 15kg; validade mínima de 10 meses. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
21	Rejunte cimentício flexível tipo I (AR I) para rejuntamento de peças cerâmicas em ambientes externos e internos. Embalagem de saco plástico de 1kg; validade mínima de 9 meses. Em conformidade com as exigências de resistência, retração e absorção de água estipuladas pela norma ABNT NBR 14992/2003. Marca: Não registrada.	Pacote	50	Não registrado
22	Rejunte cimentício flexível tipo II (AR II) para rejuntamento de peças cerâmicas em ambientes externos e internos. Embalagem de saco plástico de 1kg; validade mínima de 9 meses. Em conformidade com as exigências de resistência, retração e absorção de água estipuladas pela norma ABNT NBR 14992/2003. Marca: Não registrada.	Pacote	50	Não registrado

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 6 de novembro de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/PGJ/2019-SRP - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.088 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019 (PÁGINAS 28 A 30) E NO DOMP-MS Nº 2.141 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020 (PÁGINAS 22 A 24) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo nº PGJ/10/2595/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **LEMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**, representada por **Wender Divino de Oliveira Santo**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 15/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil (adesivo selante, aditivo líquido, cal hidratada, cimento, manta asfáltica, etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Adesivo estrutural à base de resina epóxi e poliamidas, bicomponente, de pega normal com consistência fluida e média viscosidade. Tonalidade cinza claro; impermeável; densidade: $\approx 1,70$ kg/l; tempo de cura inicial de 24 horas e final de 7 dias. Resistência à compressão aos 7 dias: ≥ 90 MPa; resistência de aderência em concreto aos 14 dias: $\geq 18,4$ MPa; resistência de aderência em concreto aos 7 dias: $\geq 3,80$ MPa; resistência de aderência em aço aos 7 dias: $\geq 3,30$ MPa. Temperatura de serviço entre $+10^{\circ}\text{C}$ e $+60^{\circ}\text{C}$; consumo aproximado de $1,70$ kg/m ² por mm de espessura; pot life (1 kg): 35 minutos. Lata de 1 kg (A+B); validade mínima de 12 meses. Marca: Rhodopas Adesivo Epoxi.	Lata	25	42,94
3	Adesivo selante tixotrópico, monocomponente, alto módulo, antifungo, à base de borracha de silicone de cura neutra. Capacidade de movimentação entre 50% e 100%; densidade: $\approx 0,98$ g/ml; dureza Shore A: ≈ 40 ; alongamento de ruptura: $> 600\%$; tempo de formação de película: ≤ 20 minutos; temperatura de trabalho: -40°C até $+150^{\circ}\text{C}$; temperatura ideal de aplicação entre $+5^{\circ}\text{C}$ e $+45^{\circ}\text{C}$; resistência a tração: $\geq 1,5$ N/mm ² . Cartucho de 300 ml, inclusive bico aplicador; validade mínima de 6 meses. Marcas de referência: Sikasil SG-500 CN, Tek Bond ou Parasil. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
4	Adesivo selante tixotrópico, monocomponente, baixo módulo, antifungo, à base de borracha de silicone, de cura acética a partir do contato com a umidade do ar. Resistente aos raios UV, capacidade de movimentação de $\pm 25\%$; densidade a 25°C entre $0,93$ e $1,05$ (g/mL); dureza Shore A: ≈ 25 ; alongamento de ruptura: $\geq 800\%$; tempo de formação de película: ≤ 15 minutos; temperatura de trabalho: -50°C até $+150^{\circ}\text{C}$; temperatura ideal de aplicação entre $+5^{\circ}\text{C}$ e $+35^{\circ}\text{C}$. Cartucho de 300 ml, inclusive bico aplicador; validade mínima de 9 meses. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
5	Adesivo selante tixotrópico, monocomponente, médio módulo, antifungo, à base de borracha de silicone, de cura acética a partir do contato com a umidade do ar. Resistente a variações climáticas como chuvas e raios UV, capacidade de movimentação de $\pm 50\%$; densidade a 25°C entre $1,02$ e $1,04$ (g/ml); dureza Shore A: ≈ 22 ; alongamento de ruptura: $\geq 300\%$; tempo de formação de película: ≤ 20 minutos; temperatura de trabalho: -50°C até $+150^{\circ}\text{C}$; temperatura ideal de aplicação entre $+5^{\circ}\text{C}$ e $+45^{\circ}\text{C}$. Cartucho de 300 ml, inclusive bico aplicador; validade mínima de 10 meses. Marcas de referência Tytan, Tek Bond, Cascola. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
6	Adesivo vedante e selante à base de polímeros sintéticos. Consistência ultra viscosa; incolor; alta adesão aos substratos; possibilidade de pintura; resistente à água; sem odor e não inflamável. Densidade a 25°C : $1,04$ g/mL a $1,05$ g/mL; tempo de formação de película entre 2 e 15 minutos; tempo de cura total: 24 horas; tempo de cura para pintura: 72 horas; temperatura ideal de aplicação: $+5^{\circ}\text{C}$ a $+45^{\circ}\text{C}$; temperatura de trabalho: -25°C a $+80^{\circ}\text{C}$; alongamento à ruptura: $> 700\%$. Cartucho com 300 ml, inclusive bico aplicador. Validade mínima de 9 meses. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
11	Cal hidratada - CH II, composta por hidróxidos de cálcio e magnésio. Aparência sólida em forma de pó inodoro. Embalagem: saco de 20 kg; validade mínima de 5 meses. Em conformidade com as exigências físicas e	Saco	50	Não registrado

	químicas da norma ABNT NBR 7175. Marca: Não registrada.			
12	Cal hidratada comum - CH-III, composta por hidróxidos de cálcio e magnésio. Aparência sólida em forma de pó inodoro. Embalagem: saco de 20 kg; validade mínima de 5 meses. Em conformidade com as exigências físicas e químicas da norma ABNT NBR 7175. Marca: Não registrada.	Saco	50	Não registrado
13	Cal hidratada especial com alto grau de pureza - CH-I, composta de hidróxidos de cálcio e magnésio. Aparência sólida em forma de pó inodoro. Embalagem: saco de 20 kg; validade mínima de 5 meses. Em conformidade com as exigências físicas e químicas da norma ABNT NBR 7175. Marca: Não registrada.	Saco	50	Não registrado
14	Cimento Portland composto com adição de escória granulada de alto-forno (CP II-E). Resistência à compressão aos 28 dias de 32 MPa. Embalagem: saco de 50 kg; validade mínima de 60 dias. De acordo com exigências da ABNT NBR 11578/1991 e ABNT NBR 5735. Marca: Não registrada.	Saco	500	Não registrado
15	Gesso em pó de secagem rápida para revestimento e pequenos reparos em áreas internas. Coloração branca; espalhamento: ≈ 10 cm; tempo de pega para revestimento: ≈ 30 min; resistência à flexão: ≥ 35 kg/cm ² . Embalagem com conteúdo de 1 kg; validade mínima de 3 meses. Em conformidade com as determinações da norma ABNT NBR 12127. Marca: Não registrada.	Unidade	50	Não registrado
16	Graute cimentício industrializado pronto para uso (após adição de água), composto por cimento Portland, agregados minerais, aditivos especiais e fluidificantes. Densidade da mistura sem brita: $\approx 2,24$ kg/l; temperatura ambiente para aplicação: entre +10°C e +35°C; tempo para aplicação após a mistura (25°C): 30 minutos; resistência à compressão em 1 dia: ≥ 20 MPa; resistência à compressão aos 28 dias: ≥ 50 MPa. Embalagem: saco de 25 kg; validade mínima de 6 meses. Em conformidade com os requisitos da norma ABNT NBR 13279. Marca: Não registrada.	Saco	50	Não registrado
19	Manta líquida impermeabilizante de aplicação a frio composta de resinas acrílicas. Densidade: $\approx 1,45$ kg/l; espessura: $\approx 0,8$ mm para 1,0 kg/m ² a 1,2 kg/m ² ; secagem ao toque: ≈ 2 horas; temperatura de aplicação entre +10°C até +40°C; rendimento: ≈ 15 m ² a cada 15kg de impermeabilizante. Embalagem: balde de 18kg; validade mínima de 12 meses. Em conformidade com a norma ABNT NBR 13321/2008. Marca: Não registrada.	Unidade	25	Não registrado
20	Massa asfáltica usinada a quente para aplicação a frio, com composição mineral, ensacada e pronta para uso em reparo de asfaltos danificados. Tempo de secagem: ≈ 120 h; rendimento aproximado: ≈ 75 kg/m ² para uma espessura de 3 cm. saco de 15kg; validade mínima de 10 meses. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
21	Rejunte cimentício flexível tipo I (AR I) para rejuntamento de peças cerâmicas em ambientes externos e internos. Embalagem de saco plástico de 1kg; validade mínima de 9 meses. Em conformidade com as exigências de resistência, retração e absorção de água estipuladas pela norma ABNT NBR 14992/2003. Marca: Não registrada.	Pacote	50	Não registrado
22	Rejunte cimentício flexível tipo II (AR II) para rejuntamento de peças cerâmicas em ambientes externos e internos. Embalagem de saco plástico de 1kg; validade mínima de 9 meses. Em conformidade com as exigências de resistência, retração e absorção de água estipuladas pela norma ABNT NBR 14992/2003. Marca: Não registrada.	Pacote	50	Não registrado
23	Selante elástico, monocomponente, de baixo módulo, à base de poliuretano, de cura com a umidade do ar. Capacidade de movimentação de $\pm 50\%$; densidade 1,35; dureza Shore A: ≈ 19 ; alongamento de ruptura: $\approx 850\%$; recuperação elástica: $\approx 80\%$; resistência à intempéries: 10; temperatura de serviço: -40°C até +70°C. Cartucho de 300 ml, inclusive bico injetor. Marca: Proderflex PU.	Unidade	500	32,00
24	Espuma com propriedades expansivas de uso geral, à base de poliuretano monocomponente, em aerossol e cura a partir do contato com a umidade atmosférica. Propriedades de baixo odor, coloração amarelada e consistência estável. Tempo total de cura de 24 horas; cura inicial: ≈ 30 min; secagem ao toque: 7 a 15 minutos; tempo de corte: 2 horas; dureza Shore O (24h): > 40 ; temperatura de aplicação: 5°C a 45°C; temperatura de serviço de -60°C a 100°C; resistência à tração: $\approx 105,45$ (kgf/cm ²); não tóxica e sem gás CFC. Cartucho de 300 ml, inclusive bico injetor; rendimento mínimo de 12 litros; validade mínima de 12 meses. Marca: Tekbond 320g.	Unidade	50	22,90

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 6 de novembro de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****EDITAL Nº 0001/2020/SCE/CBA**

A Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, que está à disposição de quem possa se interessar, na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001621-1.

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul – Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da Comarca de Corumbá/MS.

Assunto: Realizar a Campanha “Quarentena Solidária”, com o fito de angariar alimentos não perecíveis para os núcleos familiares da Comarca de Corumbá/MS em situação de vulnerabilidade, decorrente da pandemia do COVID – 19.

Corumbá/MS, 6 de maio de 2020.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Supervisora das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas

TRÊS LAGOAS**PORTARIA Nº 0013/2020/04PJ/TLS**

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001618-8

Requerido: Município de Três Lagoas

Objeto: Acompanhar, no âmbito do direito à saúde, a destinação e aplicação de verbas direcionadas ao combate do COVID-19.

Nível de sigilo: Público

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição Federal, artigo 132, III, da Constituição Estadual, bem como diante das disposições contidas na Lei nº. 7.347/85 e, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal nº. 8.625/93 e artigo 27, IV, “a”, da Lei Complementar nº. 072/94, e

CONSIDERANDO que a Resolução nº 005/CPJ/2012, de 13 de setembro de 2012, autorizou a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para acompanhamento de fiscalizações, de cunho permanente ou não, de instituições e de políticas públicas e *demais procedimentos não sujeitos a inquérito civil*;

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO ser atribuição da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas fiscalizar o cumprimento da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, por ser curadora da proteção dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, conforme o artigo 16-A, III, da Resolução-PGJ 018/2010, de 09/09/2010, podendo, no exercício dessa função fiscalizatória, requisitar todas as informações pertinentes aos órgãos relacionados à prestação de serviços de saúde pública e aos responsáveis pela arrecadação de verbas destinadas à saúde;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, declarou a epidemia do Novo Coronavírus (COVID-19) como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), e, em 11 de março de 2020, a caracterização desse evento como pandemia, em razão da amplitude mundial;

CONSIDERANDO a declaração do Ministério da Saúde, em 3 de fevereiro de 2020, por meio da Portaria MS nº 188, nos termos do Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, do Estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), com a mobilização do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COEnCoV), como mecanismo nacional de gestão coordenada de respostas à emergência na esfera nacional, sob a coordenação da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde - SVS/MS;

CONSIDERANDO a Nota Técnica Conjunta nº 1/2020 - CES/CNMP/1ª CCR, de 26 de fevereiro de 2020, para potencializar a atuação conjunta, interinstitucional e voltada à atuação preventiva, extrajudicial e resolutiva das unidades e dos ramos do Ministério Público brasileiro no esforço nacional de contenção da epidemia;

CONSIDERANDO que o Procurador-Geral da República editou a Portaria PGR/MPU nº 59, de 16 de março de 2020, criando o GIAC-COVID19, cuja missão é dar suporte ao Ministério Público brasileiro para garantir, na perspectiva finalística de defesa dos interesses gerais da sociedade, a integração do Ministério Público brasileiro no exercício de suas funções durante o enfrentamento da epidemia do COVID-19;

CONSIDERANDO a Recomendação GIAC-COVID-19 nº 1, de 22 de abril de 2020, que recomendou aos membros do Ministério Público Brasileiro, em todos os seus ramos, que acompanhem, no âmbito das respectivas atribuições, a aplicação das verbas direcionadas ao combate ao COVID-19, inclusive em relação às destinações promovidas por cada unidade para ações de enfrentamento da pandemia, e tomem as medidas legalmente cabíveis quando verificadas irregularidades;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento da destinação de verbas públicas utilizadas para o combate à epidemia do COVID-19 na cidade de Três Lagoas;

INSTAURA-SE o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO e, nos termos da Resolução nº 015/2007-PGJ, nomeio para secretariar os trabalhos o servidor Técnico I, independentemente de compromisso, determino o cumprimento das seguintes PROVIDÊNCIAS:

I) Encaminhe-se a presente Portaria para publicação no Diário Oficial do MP/MS;

II) Oficie-se a Secretaria Municipal de Finanças, Receita e Controle para que: a) informe todos os recursos estaduais e federais recebidos para aplicação no combate à Covid-19, bem como a destinação destes valores já implementadas ou programadas; b) informe os recursos municipais destinados ao combate à Covid-19, bem como sua destinação; c) apresente cópia dos aditivos firmados com o Hospital Auxiliadora para atendimento da demanda da Covid-19; d) informe se há controle financeiro separado destes recursos financeiros destinados especificamente ao combate à Covid-19.

III) Oficie-se ao Hospital Auxiliadora para que: a) informe os recursos federais, estaduais e municipais recebidos para aplicação específica no combate ao Covid-19; b) informe a destinação destes valores no Hospital para o combate ao Covid-19, notadamente as áreas e objetos de aplicação destes recursos e a forma de contratação ou aquisição; c) informe se há controle financeiro separado destes recursos financeiros destinados especificamente ao combate à Covid-19 e contas bancárias distintas; d) informe o nome e a especialidade dos médicos da equipe que pediu demissão e/ou não renovou o contrato, conforme noticiado na imprensa, bem como informe se já foram contratados novos médicos para suprir, com qualidade e eficiência, a baixa ocorrida, bem como indicando o nome e a especialidade dos novos médicos contratados e se possuem experiência profissional anterior.

IV) Após cumpridos os itens retro, retorne os autos imediatamente conclusos para análise e ulterior deliberação.

Três Lagoas/MS, 06 de maio de 2020.

MOISÉS CASAROTTO

Promotor de Justiça em substituição legal

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

APARECIDA DO TABOADO

EDITAL Nº 004/2ªPJ/2020

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000472-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aparecida do Taboado e Pedro Rodrigues de Almeida

Assunto: fim de apurar possíveis irregularidades no loteamento Residencial Portal das Águas.

Aparecida do Taboado/MS, 06 de maio de 2020.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça

CASSILÂNDIA

RECOMENDAÇÃO N.º 0005/2020/01PJ/CLA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Promotor de Justiça que esta subscreve, titular da 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor, Patrimônio Público e Social e Fundações da Comarca de Cassilândia-MS, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 e no artigo 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e

CONSIDERANDO que em resposta à grave situação epidemiológica instalada no país, a propósito da declaração de emergência de saúde pública de importância internacional pela OMS, em 30 de janeiro de 2020, e da declaração pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria MS nº 188, publicada em 03 de fevereiro de 2020, de estado de emergência de saúde pública de importância nacional, valendo da competência legislativa privativa para editar normas gerais de licitação e contratos, a União editou a Lei Federal nº 13.979/2020, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 926/2020, acabando por instituir um regime especial de contratação pública, para vigor durante todo o período de pandemia;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.979/2020, ao regular a aquisição, pela administração pública, de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, preserva a necessidade da correta motivação, com as razões de escolha do fornecedor e do preço, conforme o art. 26, incs. II e III, da Lei nº 8.666/93, não autorizando, em momento algum, que estas aquisições sejam desmesuradas e irracionais, podendo-se dizer que, na verdade, o que se tem é uma inovação legislativa no intuito de assegurar maior celeridade e menor burocracia na rotina administrativa dos órgãos públicos, diante da excepcional situação de emergência decorrente da Pandemia do COVID-19, que exige rápida e eficiente resposta dos gestores públicos e eficaz controle dos órgãos de fiscalização;

CONSIDERANDO que, nesse contexto, surge a necessidade de atuação dos sistemas de controle interno, especialmente elencada no Sistema Administrativo de Compras, Licitações e Contratos, que tem por objetivo mitigar o risco de não execução dos contratos administrativos, ou de execução em desconformidade com as especificações e condições do contrato;

CONSIDERANDO que razão das regras instituídas pela Lei Federal nº 13.979/2020, as contratações administrativas devam ser amíúde acompanhadas pelos fiscais de contrato, adotando todas as providências necessárias para detectar inconformidades relacionadas às contratações públicas destinadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal aborda a necessidade de fiscalização contratual de maneira implícita, quando, em seu art. 37, inc. XXI, obriga a Administração Pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, Estados ou Municípios, a contratar obras, serviços, compras e alienações por meio de processo licitatório, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.666/93, regulamentando o art. 37, inc. XXI, da CF/88, dispõe sobre normas gerais de licitações e contratações públicas, exigindo por meio do art. 67, que: “*A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição*”;

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.979/2020, em seu art. 4º-D, evidencia a necessidade de que os contratos administrativos que o tenham como base sejam objeto de fiscalização e gestão pelos agentes públicos especialmente designados pela Administração, nos termos do poder-dever constante do art. 58, inc. III, da Lei nº 8.666/93 e na forma do art. 67 e seguintes, do mesmo diploma legal;

CONSIDERANDO que, ademais, além do dever de gestão e fiscalização impostos aos agentes públicos designados para desempenhar a tarefa de fiscalização e gestão dos contratos, a Lei 13.979/2020, com vistas a viabilizar o controle social e otimizar o trabalho dos órgãos de fiscalização e controle, preconiza que as contratações sejam transparentes, recebam adequada publicidade e estejam acessíveis nos respectivos portais, conforme preceitua o art. 4, § 2º;

CONSIDERANDO que, neste sentido, o gestor deve formalmente designar um fiscal para que realize a verificação da correta execução do contrato, nos termos mandamentais do art. 67 da Lei. 8.666/93, não cabendo ao gestor à decisão de nomear ou não um fiscal conforme sua conveniência, pois ele está obrigado a fazê-lo (Nesse sentido: TCU – Acórdão 1632/2009 – Plenário);

CONSIDERANDO que a jurisprudência do TCE/MS entende que a administração pública deverá designar um representante legal com o fim de acompanhamento e fiscalização da execução de contratos administrativos¹;

CONSIDERANDO que na designação de fiscal de contratos administrativos, a autoridade competente deve ter o cuidado de escolher servidores probos e que detenham capacidade técnica suficiente para verificar o efetivo cumprimento do objeto pactuado, sendo que a inobservância desses pressupostos poderá ensejar a responsabilização do designante, por culpa *in eligendo* e/ou culpa *in vigilando*, quando a ausência ou deficiência da fiscalização dos contratos acarretarem danos ao erário;

CONSIDERANDO que, portanto, a fiscalização dos contratos administrativos está ligada especial e principalmente à eficiência desejada para a Administração Pública, estando inserida no bojo das atribuições do Sistema de Controle Interno dos órgãos/entidades da Administração, contribuindo fortemente para evitar a malversação e o desperdício de recursos públicos, além de identificar erros, evitar fraudes e preservar a integridade patrimonial do Estado;

CONSIDERANDO que a efetiva e eficiente fiscalização dos contratos administrativos possibilita a garantia do bom emprego das verbas públicas, contribuindo para o alcance dos princípios da economicidade e da eficiência esperados da Administração;

RESOLVE, tendo em vista a necessidade de fiscalização dos atos da Administração Pública, visando evitar a prática de atos de improbidade administrativa, o aumento do endividamento do Estado, notadamente no que pertine às contratações levadas a efeito sob a égide da Lei nº 13.979/2020, RECOMENDAR, com fulcro no art. 129, inc. III, da CF, art. 61, inc. X, da LC Estadual nº 72/1994, o quanto segue especificado:

Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do MUNICÍPIO DE CASSILÂNDIA-MS:

a) DESIGNE fiscais para todos os contratos assinados pelo Município que envolvam a aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, devendo a nomeação recair dentre servidores públicos que detenham capacidade e conhecimento técnico na

¹ Neste sentido Processo TC nº 4682/2015, relator Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo, julgado em 19.11.2019

matéria do contrato, fornecendo todos os meios necessários para o fiel cumprimento das funções;

b) PUBLIQUE o ato designatório do fiscal no local de praxe na Administração Municipal, cientificando o servidor acerca de sua nomeação, mas também veicule o ato no Portal da Transparência do Município, identificando, para cada contrato administrativo, o seu respectivo fiscal;

c) INFORME, também mediante publicação no Portal da Transparência e no mural do Município, o contato telefônico e por e-mail do fiscal responsável, para que a população possa encaminhar queixas e reclamações diretamente ao fiscal de contratos, facilitando assim o controle social;

d) VELE, em caso de delegação da atribuição de indicar o fiscal do contrato para os Secretários das pastas temáticas, para que os Secretários observem, em relação aos fiscais nomeados, as providências acima expostas;

e) GARANTA, ao fiscal do contrato, conhecimento prévio e possibilidade de participação desde os primórdios do processo de contratação, quando da análise da viabilidade da licitação ou sua dispensa ou da feitura de edital, para que o fiscal possa compartilhar com os demais servidores envolvidos sua experiência pretérita na fiscalização de contratos (TCU, Acórdão 3016/2015);

f) ESTABELEÇA, mediante ato normativo adequado, fluxos e rotinas de comunicação entre o fiscal do contrato, o responsável pelo órgão municipal de controle interno, o Secretário da pasta relacionada ao contrato e o Prefeito Municipal, observando, ainda, que as notícias de problemas ou irregularidades na execução do contrato dirigidas pelo fiscal às autoridades superiores devem ser formalizadas em documento formal, escrito, datado e assinado;

g) PROCEDA à juntada de toda documentação que sustenta a atestação aos autos do processo de fiscalização e pagamento do contrato, junto à nota fiscal/fatura, para que possa ser autorizado o pagamento com segurança, evitando-se a utilização de simples carimbos ou fórmulas padronizadas e/ou pré-prontas de atestação, impondo-se que o fiscal atue concretamente para verificar se o serviço prestado ou os produtos entregues para Administração conferem com as previsões do contrato;

h) ESTRUTURE e PRESERVE os registros das comunicações recebidas do fiscal, relacionando-as com cada um dos contratos firmados pela Administração e, quando for o caso, com a instauração de procedimento administrativo formal destinado a averiguar o inadimplemento da contratada;

Ao (s) Fiscal (is) de Contratos do MUNICÍPIO DE CASSILÂNDIA-MS:

a) VERIFIQUE se a contratada está cumprindo todas as obrigações previstas no Edital de licitação e no instrumento de contrato e seus Anexos;

b) VERIFIQUE se estão sendo atendidas as especificações contidas nos planos, projetos, planilhas, memoriais descritivos, especificações técnicas, projeto básico, termo de referência, assim como os prazos de execução e de conclusão, devendo solicitar ao preposto da contratada a correção de imperfeições detectadas;

c) VERIFIQUE se o material fornecido ou utilizado guarda consonância com o oferecido na proposta e especificado pela Administração e se foram cumpridos os prazos de entrega;

d) VERIFIQUE a execução do objeto contratual, proceder a sua medição e recebê-lo, pela formalização da atestação;

e) RECUSE serviço ou fornecimento irregular ou em desacordo com as condições previstas no Edital de licitação, na proposta da contratada e no instrumento de contrato e seus Anexos;

f) COMUNIQUE por escrito ao gestor qualquer falta cometida pela contratada, formando dossiê das providências adotadas para fins de materialização dos fatos que poderão levar à aplicação de sanção ou à rescisão contratual, a ser juntado no processo administrativo;

g) RECEBA todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e

encaminhá-los, juntamente com a nota fiscal, para o gestor do contrato que, após conferência, remeterá a documentação para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;

h) DÊ CIÊNCIA ao gestor, com antecedência razoável, da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as justificativas apresentadas pela contratada;

i) RECEBA e CONFIRA a nota fiscal emitida pela contratada, atestar a efetiva realização do objeto contratado, na quantidade e qualidade contratada, para fins de pagamento das faturas correspondentes;

j) CONFRONTE os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

k) COMUNIQUE imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

l) RECEBA provisoriamente o objeto do contrato, quando for o caso, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes contratantes;

Fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias úteis para que seja informado pelo Prefeito Municipal e pelo Fiscal de Contratos ao Ministério Público o acatamento ou não da recomendação e as providências adotadas, esclarecendo, de forma clara e objetiva, os procedimentos administrativos tomados, prazos, órgãos e agentes responsáveis, bem como demais informações pertinentes.

Ressalte-se que, a partir da data de entrega da presente recomendação, o Ministério Público considera seus destinatários como pessoalmente cientes da situação ora exposta e, nesses termos, passíveis de responsabilização por quaisquer eventos futuros imputáveis à sua eventual omissão.

Por fim, faz-se impositivo constar que a presente recomendação não esgota a atuação do Ministério Público sobre o tema, não excluindo futuras recomendações ou outras iniciativas com relação aos entes públicos com responsabilidade e competência no objeto.

Dê-se ciência da presente recomendação ao Tribunal de Contas do Estado e à Controladoria Interna do Município.

Encaminhem-se cópia desta recomendação para que fins de publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Cassilândia, 06 de maio de 2020

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES
Promotor de Justiça

RIO VERDE DE MATO GROSSO

EDITAL Nº 0007/2020/PJ/RVG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes nº 180, Bairro Nhicolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000465-9

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Eurindo Alves da Silva Neto

Assunto: Apurar desmatamento de 7,96 hectares em área de Savana Arborizada, na Fazenda Padre Vítor – Gleba B, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 73/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 06 de maio de 2020.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANAURILÂNDIA

EDITAL Nº 0003/2020/PJ/AID

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001915-2.

Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Anaurilândia/MS.

Requerido(s): Gilberto Francisco do Nascimento.

Assunto: Apurar desmatamento de 2,28 hectares em área de Savana (cerrado) - Florestada, no Sítio Guarujá, em Anaurilândia, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 499/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Anaurilândia/MS, 04 de maio de 2020.

EDIVAL GOULART QUIRINO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0004/2020/PJ/AID

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001911-9.

Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Anaurilândia.

Requerido(s): Israel Rodrigues.

Assunto: Apurar o desmatamento de 10,66 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Bonança II, em Anaurilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 99/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Anaurilândia/MS, 06 de maio de 2020.

EDIVAL GOULART QUIRINO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0005/2020/PJ/AID

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001907-4.

Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Anaurilândia.

Requerido(s): João Soares Sobrinho.

Assunto: Apurar o desmatamento de 1,76 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Lapej, em Anaurilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 79/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Anaurilândia/MS, 06 de maio de 2020.

EDIVAL GOULART QUIRINO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0006/2020/PJ/AID

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001876-4.

Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Anaurilândia/MS.

Requerido(s): Antonio Saura Silva.

Assunto: Apurar desmatamento de 6,18 hectares em área de Mata Atlântica e Savana (cerrado) - Florestada, na Fazenda Arancuã, em Anaurilândia, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 96/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Anaurilândia/MS, 06 de maio de 2020.

EDIVAL GOULART QUIRINO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0007/2020/PJ/AID

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001831-0.

Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Anaurilândia.

Requerido(s): Manoel Marques.

Assunto: Apurar o desmatamento de 11,51 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Guarujá, em Anaurilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 94/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Anaurilândia/MS, 06 de maio de 2020.

EDIVAL GOULART QUIRINO

Promotor de Justiça